



Anais da Assembléia

Nº 120

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 21 DE SETEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kleise - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anniballi - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 90.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1995
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Edgard Bueno e Antonio Annibelli.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Lima, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edson Lino, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Milton Puppio, Nereu Moura, Orlando Lessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Sâms da Silva, Toti Colaço e Walmor Trentini (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nelvo Beraldin, Antonio Belinati, Bento Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Durval Amaral, Eduardo Trevisan, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, Jocelito Canto, José Marcos Alves, Nelson Justus, Nelson Tureck, Renato Adur, Ricardo Chab, Sérgio Spada e Valdir Rossoni (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OF. N.º 108/95 - AJFG

Curitiba, 21 de setembro de 1995.
 Senhor Presidente.

Com o presente venho comunicar que, no mês de agosto último, assinei a ficha de filiação do Partido da Social Democracia Brasileira, tendo deixado, em consequência, de pertencer ao Partido Progressista - PP.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência votos de consideração e apreço.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 21.09.95

(a) ALBANOR GOMES

OFÍCIO N.º 3233/95 - GPESL

Curitiba, 21 de setembro de 1995.

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de informar e participar Vossa Excelência, que em 25 de agosto próximo passado deixamos de pertencer ao Partido Progressista, tornando-nos filiado ao Partido Social Democrático Brasileiro - P.S.D.B..

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 21.09.95

(a) EDSON SILVA LINO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 2723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 sessões, Projeto de Lei n.º 107/95 de autoria do Deputado Carlos Simões, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 21.09.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N.º 2719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de regozijo pela passagem do Dia do Radialista, a ter lugar em data de hoje.

Sala das Sessões, em 21.09.95

(a) BASILIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Hoje, 21 de setembro é o dia do Radialista.

Foi no ano de 1923 que se inaugurou a primeira estação de rádio no Brasil, denominada Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. O cientista italiano Guglielmo Marconi foi quem obteve pela primeira vez a comunicação sem fios, numa distância de 300 km, fato ocorrido no ano de 1901.

Com passar dos anos a radiodifusão progrediu e hoje o rádio alcança as mais distantes regiões, levando informações, cultura, música, lazer, enfim, uma gama de programas que atende aos mais variados segmentos.

E toda essa atividade radiofônica depende do radialista, seja ele o locutor, operador, técnico, redator, discotecário, enfim, ao mais simples dos auxiliares nas funções desempenhadas pelo rádio.

Fica pois aqui este registro em homenagem à laboriosa classe dos radialistas.

REQUERIMENTO N° 2724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, de votos de congratulações aos formandos da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Paranavaí, cuja colação de grau ocorrerá no dia 22 de setembro do corrente ano, parabenizando-os ainda pelo privilégio de fazerem parte dos 2% (dois por cento) que tiveram oportunidade de finalizar seu curso.

Requer outrossim, o envio de correspondência alusiva à data com inteiro teor do presente ao Reitor daquele estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 21.09.95

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 2726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão, de votos de congratulações pela brilhante iniciativa da Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Cidade Gaúcha, em fazer realizar o 1° Encontro Regional da Terceira Idade, a realizar-se no próximo dia 24.09.95.

Requer outrossim, o envio de correspondência à Presidente da entidade Sra. Eulália Ferrarini.

Sala das Sessões, em 21.09.95

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 2721

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, solicitando a construção de uma Escola de 1° Grau no Bairro Belo Horizonte, no município de Medianeira, que atenderá mais de quinhentos alunos.

Sala das Sessões, em 21.09.95

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido visa atender uma reivindicação dos moradores daquele bairro, além do bairro Ana Cláudia, Área Industrial, Linha São Brás, Linha S. Francisco, Linha Rio Javali, Linha Ouro Verde, Linha Vitória e Comunidade Santo Antônio do Ocoy Federal.

Os alunos destes locais são obrigados a se deslocarem até o centro da cidade, atravessando perigosamente a BR-277, perdendo tempo e gastando recursos com dis-

tância a ser vencida com o transporte escolar. Além disso viabilizaremos o retorno à escola de várias crianças que hoje, pela distância e perigo, não frequentam a sala de aula.

REQUERIMENTO N° 2725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, Pedido de Informações à Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Paraná, no que diz respeito à derrubada de mata natural na Fazenda Cascata, no Município de Bela Vista do Paraíso.

Sala das Sessões, em 21.09.95

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna nesta manhã de quinta-feira para dizer que hoje é uma data muito importante, é uma data muito significativa, especialmente para nós que somos comunicadores.

Dia 21 de setembro é o "Dia do Radialista", é o "Dia do Rádio", o "Dia da Árvore", o "Dia do Fazendeiro", é o dia em que devemos fazer, acima de tudo, uma reflexão para este dia, o "Dia da Árvore", porque restam apenas 8,97% da cobertura florestal original do Paraná, cobertura que ocupava 84% da área do Estado e isso significa que florestas cobriam 168 mil dos cerca de 200 mil quilômetros da área do Estado. E não estamos falando de séculos passados. Até a primeira metade do século XX a cobertura florestal do Paraná continuava intacta.

A devastação teve vários motivos como o ciclo madeireiro, mas um dos principais, foi a expansão agrícola do Estado, a partir dos anos 40. Em algumas regiões, a terra coberta com florestas era considerada um empecilho para obtenção de financiamentos e o resultado disso é que a chamada "floresta estacional" que cobria grandes áreas do Oeste e Norte, foi praticamente dizimada, subsistindo apenas em algumas áreas protegidas como os Parques do Iguaçu, do Godói e do Cauaú.

Senhores Deputados e Sr. Presidente, além de devastar a Mata Atlântica, o Programa de Incentivo de Reflorestamento do Governo Federal também gerou problemas ambientais e econômicos; só teria direito aos incentivos fiscais, quem seguisse à risca as normas do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal. Falo isso

para dizer da preocupação do Governo do Estado, da preocupação do Governador Jaime Lerner com relação à nossa floresta, com relação à nossa árvore. Lança uma Campanha "Abrace está idéia", uma Campanha que é um Programa Florestal Municipal do Governo do Estado, da Secretaria do Meio Ambiente, do Instituto Ambiental do Paraná, Coordenadoria de Educação Ambiental.

Olha só quem está chegando: o Programa "Florestas Municipais". A parceria entre governo e municípios que vai devolver o verde ao Estado do Paraná. Vamos deixar o nosso Estado mais verde.

(Lê):

"Viveiros florestais municipais"

Os Viveiros Florestais destinam-se à produção e fornecimento de mudas de essências florestais para o projeto. Dos 200 Viveiros previstos, mais de uma centena já existem e encontram-se em operação, necessitando apenas de investimentos em sua modernização ou recuperação e no treinamento de funcionários. O projeto prevê a instalação de 400 módulos de produção com a capacidade de produzir 50.000 mudas/ano cada.

Reflorestamento Produtivo

O Reflorestamento Produtivo visa diminuir o atual déficit existente entre a extração e o plantio de árvores no Estado, calculado em 46.709 hectares por ano. O projeto prevê a reposição anual de 5.000 hectares de florestas destinadas à produção de madeira e de outros produtos, o que significa pouco mais de 10% do atual déficit.

Reflorestamento Conservacionista

O projeto de Reflorestamento Conservacionista prevê o plantio de 10 milhões de mudas por ano, destinados a recompor a vegetação florestal de caráter exclusivamente conservacionista. O objetivo é restaurar o equilíbrio ambiental e proporcionar a manutenção do território habitável pela fauna nativa.

Arborização Urbana e Rodoviária

Através do plantio de 2.500 árvores por ano, cada município participante estará melhorando a qualidade de vida e proporcionando maior conforto aos seus cidadãos. A ação prevê arborização urbana, paisagismo em trechos rodoviários próximos às cidades, e reflorestamento de trechos próximos a cursos d'água com essências nativas e frutíferas.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental permeará todas as atividades do Programa Florestas Municipais, com ênfase nas relações do Homem com a Floresta e com o Meio Ambiente. As crianças receberão informações na escola através da "Adoção de Árvores". Os silvicultores que plantam árvores visando à sua

futura comercialização terão na "Poupança Florestal" um apoio para o plantio de árvores como investimento em benefício próprio. As crianças que nascerem no Paraná receberão um "Vale Vida", que poderá ser trocado por uma muda de árvore. A Educação Ambiental engloba, ainda, ações, como a produção de material didático e treinamento de pessoal.

Com a parceria entre o governo e os municípios, o Paraná irá recuperar boa parte de sua antiga cobertura vegetal.

O Programa Florestas Municipais prevê o reflorestamento de 10.000 ha/ano através do plantio de mais de 20 milhões de novas árvores por ano.

A ação conjunta prevê a implantação de Viveiros Florestais Municipais, Reflorestamento Produtivo, Reflorestamento Conservacionista, Arborização Urbana e Rodoviária e um amplo Programa de Educação Ambiental."

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho à tribuna, hoje, para dizer da importância de uma reflexão sobre este dia.

Até quando vamos continuar devastando a nossa floresta, a nossa arborização. É preciso que haja - na verdade - a conscientização de todos e por isso há uma grande preocupação do Governo do Paraná.

Mas, como disse, no início, venho também para cumprimentar os Srs. Parlamentares que têm em seu currículo a função de ser um comunicador. Hoje é o "Dia do Radialista", hoje é o "Dia do Rádio". O rádio é de uma importância extraordinária para o desenvolvimento de uma sociedade, o rádio é um instrumento extraordinário para levar a informação ao ponto mais distante de uma comunidade. O rádio que tem sido instrumento de informação, de educação, de entretenimento. Hoje é o "Dia do Rádio" e, por conseguinte, o "Dia do Radialista" também. E, nesta Casa, temos vários Parlamentares que são homens que diariamente se ocupam desta tarefa de melhor informar. Temos aqui, o Deputado Luiz Carlos Martins, 1º Secretário da Assembléia; temos o Luiz Carlos Alborghetti; o Carlos Simões; o Marquinhos Alves e tantos outros que, também, apesar de sua atividade política também ocupam espaços em programa de rádio para melhor informar os seus ouvintes.

O rádio que hoje já deixou de ser, apenas, um serviço de música e entretenimento, é hoje, acima de tudo, um veículo de informação. E vemos a era moderna no rádio chegando neste país. Vemos, hoje, uma outra mentalidade que está tomando conta dos dirigentes de emissoras de rádio, de canais de televisão e também de jornais. Mas, especialmente, do rádio. Porque é seu dia hoje.

Vemos o Paraná, hoje, com algumas

emissoras, dedicando quase que 70% da sua programação totalmente dedicada a informação. Isto é muito importante, minha gente. Valoriza todos os Poderes. Valoriza esta Casa, valoriza o Poder Executivo, valoriza o Poder Judiciário, enfim valoriza todos nós.

Por isso quero neste dia em que se comemora o "Dia do Rádio", e tenho até aqui nesta Casa, mas até por falta de tempo, nessa minha correria, uma homenagem a prestar a uma das mais antigas emissoras de rádio do país, a terceira mais antiga do Brasil que é a Rádio Clube Paranaense, a PRB-2. E no ano passado já deveria eu ter feito esta homenagem, está até pronto o pergaminho aqui na Assembléia para fazer a entrega, mas nesta minha agitação diária acabei não me lembrando até de convidar o dirigente da nossa emissora para vir aqui hoje receber esse pergaminho. Mas a homenagem é extensiva a todos, a todos os radialistas e a todas as rádios deste Paraná e deste Brasil.

O rádio, volto a repetir, apesar do advento da televisão em que muitos diziam que a televisão iria acabar com o rádio, pelo contrário, o rádio se fortaleceu, o rádio se recuperou e o rádio é realmente aquele grande instrumento que leva a notícia, que leva o entretenimento, que leva a informação, que leva a discussão dos problemas de uma sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta Sessão desta manhã de quinta-feira, dedicada a estas homenagens, a esta data de hoje, que repito mais uma vez, é o "Dia do Radialista", é o "Dia da Árvore", é o "Dia do Fazendeiro", e aqui também temos políticos, Deputados fazendeiros, Deputado Caíto Quintana, Deputado Renato Adur, Deputado Orlando Pessuti, e tantos outros Deputados fazendeiros também que têm a sua propriedade, por menor que ela seja também não deixa de ser uma fazenda onde pode criar o seu gado, onde pode fazer a sua plantação caseira, no momento, no pouco período que sobra no tempo da corrida política de chegar na sua fazenda e pegar no cabo da enxada, se bem que hoje quase nem mais se usa a enxada na tecnologia que já chegou também na fazenda. Mas de qualquer maneira cumprimentamos também os políticos fazendeiros.

Hoje também uma data que deve também ser referenciada: em 1944 ocorreu a morte de Constantino Marochi, primeiro soldado paranaense que tombou durante a Segunda Guerra Mundial. Fica também a nossa homenagem.

O Sr. Orlando Pessuti - Permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Concedo o aparte ao nobre Parlamentar, Deputado Orlando

Pessuti, homem bastante dedicado, envolvido com a questão da agropecuária do Estado do Paraná, veterinário que é, e também tem o seu dia marcado pelo nosso calendário.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Algaci

Túlio, é oportuno que nós o cumprimentamos neste momento pela manifestação que faz Vossa Excelência em especial ao dia do radialista, ao dia do rádio. Vossa Excelência foi muito feliz quando no seu depoimento manifesta a importância do rádio na vida de todos nós, aqueles que somos homens e mulheres que atuam no serviço público e principalmente para a população de um modo geral. Todos nós, principalmente aqueles que temos uma origem no interior do Estado do Paraná e deste país e que na nossa infância outro meio de comunicação não existia senão o rádio, porque jornal era difícil de se encontrar, televisão praticamente não existia e apenas e tão somente o rádio é que nos levava as informações do nosso Estado, do nosso país e do mundo.

Por esta razão eu me somo a V.Exa. neste dia em que estamos comemorando: o Dia do Radialista, o Dia do Rádio, porque sem sombra de dúvida é o meio de comunicação que atinge a maior parcela da população deste país que chega a todos os quadrantes do mais longínquo distrito, na mais longínqua propriedade rural na mais longínqua casa a beira de um rio, no meio de uma floresta lá está o rádio, lá está alguém ouvindo uma rádio.

Por esta razão quero me somar a V.Exa. porque de fato é uma homenagem merecida e é uma lembrança necessária que façamos no dia de hoje da importância do rádio, e principalmente a importância do radialista, aquela pessoa que no dia a dia, levantando muitas vezes de madrugada, ou muitas vezes trabalhando de madrugada, leva aos nossos lares, leva a todos os cantos por onde possamos estar, as informações, leva muitas vezes o alento até espiritual ou muitas pessoas precisam e leva o conforto através da música, através, enfim, de uma conversa amiga e sincera.

Portanto, ao rádio e em especial aos radialistas da nossa terra os meus cumprimentos no dia de hoje em que comemoramos essa data tão importante.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Orlando Pessuti.

Concedo aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Algaci, gostaria de cumprimentá-lo, e ao cumprimentá-lo fazer menção a esta data importante.

Comecei a minha vida profissional no

Instituto Ambiental do Paraná, aliás, antigamente ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, aliás, florestas com F do nosso Instituto foi colocado na sua sigla em vista a importância que assumia naquele momento, principalmente no Estado do Paraná a questão ambiental. Iniciei trabalhando em Pato Branco no Instituto Ambiental do Paraná aonde tivemos oportunidade de desenvolver vários programas.

Também é importante lembrarmos nesta data do Dia da Árvore, de que nós temos no Paraná e na nossa região, Deputado Caíto Quintana, nós temos a maior reserva da Araucária do mundo. Essa árvore símbolo do Paraná, árvore que dão noção aos outros Estados do que significava o Estado que se iniciava naquele momento, que é o nosso grande Estado do Paraná; também foi derrubada, devastada em várias regiões, mas permanece na reserva indígena de Mangueirinha, o remanescente dos pinheirais do Paraná, encontra-se nesta reserva.

Então, é importante no Dia da Árvore, lembrarmos que precisamos ter sempre em mente alternativas e também projetos que possam preservar cada vez mais os recursos naturais, renováveis ou não, do nosso Estado.

Também gostaria Deputado Algaci, para encerrar, de cumprimentá-lo, Vossa Excelência, um homem do rádio, por este dia, o Dia do Rádio. Falei há poucos dias nesta Casa, que achava importante a "Voz do Brasil", importante porque os cidadãos dos mais longínquos rincões do nosso País têm a possibilidade de ver aquilo que o nosso Parlamento, o nosso Executivo faz. E é importante que nós tenhamos que ressaltar nesse dia o que significa o rádio na vida das pessoas. Até porque, vi uma pesquisa onde dizia que 58% das informações que as pessoas recebem vêm através do rádio.

Então, o nosso parabéns a todos aqueles que fazem do rádio a sua profissão, meus parabéns aqueles que fazem do rádio principalmente um meio de informação para o desenvolvimento da sociedade através de uma informação salutar, aonde as pessoas têm a condição de com essa informação cada vez mais aguçar o seu senso crítico e ajudar o desenvolvimento da nossa sociedade.

Parabéns a Vossa Excelência pelo oportuno pronunciamento nesta data tão importante para o nosso Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Augustinho Zucchi.

Quero aproveitar este momento, até para causar aqui uma satisfação a muitos amigos e trazer uma saudade a este Plenário. Quero falar de uma pessoa, que muito embora não seja meu companheiro partidário, mas que foi o grande responsável pela

minha vida como homem de comunicação, o ex-Prefeito, ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal, companheiro extraordinário Maurício Fruet. Foi através dele que me tornei um radialista. Menino ainda, com 16 anos de idade, eu era o plantão esportivo de uma equipe comandada pelo Maurício Fruet, na antiga Rádio Emissora Paranaense, depois transformada em Rádio Universo. Ali nós começamos os primeiros passos como homem de comunicação, como menino desejoso de um dia poder empunhar o microfone, um menino que ia para o campo de futebol da várzea, pegava uma latinha qualquer na mão e fazia de conta que era microfone e ficava emitando, como se falava naquela época o "speaker" o que transmitia o jogo de futebol. Foi dessa maneira que nós criamos a vontade, o desejo de um dia nos tornarmos um comunicador.

Então pelas mãos do companheiro Maurício Fruet, pessoa que entende e tenho sempre reconhecido isso em todos os momentos que me é dada a oportunidade de falar do rádio, nunca deixei de negar esta ação, este trabalho, essa possibilidade, esta oportunidade que me deu Maurício Fruet.

Lamento profundamente, que a carreira política de um homem como Maurício Fruet tenha terminado da maneira como terminou, espero que não tenha terminado ainda, espero que Maurício algum dia ainda possa voltar, ou a esta Casa, ao Congresso Nacional, o Congresso Federal ou ao Senado, porque Maurício foi um grande tribuno, foi um grande político, mas foi acima de tudo um grande sacrificado na política, pela lealdade que ele teve ao seu partido, aos seus companheiros.

Ainda espero um dia, ver com muita alegria e com muita satisfação Maurício Fruet voltando a usar as tribunas desta Casa, do Congresso, do Senado, para satisfação de todos nós. Quando Vereador de Curitiba, muito embora Vereador de Partido contrário ao Prefeito, colaborei bastante com o Prefeito Maurício Fruet na administração da cidade de Curitiba.

Por isso, quero, quando faço esta homenagem aos radialistas, homenagem ao Dia do Rádio, não posso nunca esquecer desta figura humana, de caráter, daquela figura brincalhona do Maurício Fruet. Quantas ele aprontou no Plenário desta Casa, quem sabe é o Annibelli, José Tavares, Deputados já de outras legislaturas, pudessem até lembrar alguns fatos pitorescos apontados pelo Maurício Fruet, que sentado ao lado de uma cadeira no Plenário, vendo o companheiro do lado com um discurso pronto para ir a tribuna, ele trocava as folhas do discurso, trocava por outro papel, o cidadão vinha para a tribuna para falar e cadê o improvisado.

Eram coisas impressionantes feitas por

esta figura humana que é, por este caráter extraordinário, que é o companheiro Maurício Fruet.

Concedo aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Algaci, na verdade Vossa Excelência hoje pela manhã está vivendo, está passando por um estado de graça. Vossa Excelência está de bem com a vida, pelo seu brilhante discurso que faz nesta manhã. Quem está de bem com Deus está de bem com a vida, com os amigos, com a família, com a sociedade e hoje Vossa Excelência não poderia ser um outro Parlamentar a não ser V.Exa. para prestar essa homenagem aos radialistas do nosso Estado e do nosso País, aos homens de rádio.

Falar em rádio, falar em radiodifusão, falar em transmissão se não se falar de Algaci Túlio com todo respeito aos demais homens de rádio desse Plenário, não estaria se falando daqueles que fazem da vida um verdadeiro sacerdócio através da informação que leva pelo rádio por aí afora. Por isso V.Exa. inicialmente receba os meus cumprimentos, pelo trabalho que fez e continua fazendo pelo rádio, a V.Exa. aos demais homens de rádio dessa Casa, mas também receba os meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, que faz, que profere nesta manhã aqui neste Parlamento, quando homenageia o homem do rádio, V.Exa. também homenageia o dia da Árvore, lembrando bem a vida, lembrando bem daquilo que foi uma das maiores riquezas do nosso Estado, que hoje nós carecemos da árvore para oxigenar o ar, a vida e até para fazer com que o Paraná continue avançando e progredindo.

Mas eu queria me associar a V.Exa. ao seu pronunciamento, pedindo vênias para poder deixar registrado dentro do seu pronunciamento, também mais uma data que trata-se do aniversário do Município de Rebouças, que está se comemorando hoje, lá na nossa querida Rebouças.

Gostaria de deixar registrado dentro destas homenagens que V.Exa. presta ao dia da Árvore, aos homens de rádio, ao homem público, ao ex-Deputado e Prefeito Maurício Fruet e deixar registrado aí as nossas homenagens ao povo Reboucista pela passagem do dia do seu aniversário, pelo dia que comemora-se a sua emancipação política e administrativa. As minhas homenagens ao Prefeito João P. Toledo, as nossas homenagens ao Poder Judiciário enfim a toda comunidade de Rebouças. Que fique registrado nos Anais desta Casa dentro do seu eloquente discurso também as nossas homenagens a nossa querida Rebouças.

Mais uma vez os meus cumprimentos por este brilhante discurso que profere nesta manhã na Assembléia Legislativa do Estado

do Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Toti Colaço, pela bondade das suas palavras, acho que eu não poderia esquecer um outro Parlamentar que passou por esta Casa também, e que foi também uma grande bandeira do rádio, foi também quem me deu uma contribuição extraordinária. Estou falando mais aqui porque gostaria e sei que são compromissos que sei que ainda prendem o Deputado Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, Luiz Carlos Alborghetti, mas gostaria que se falasse de todos os radialistas desta Casa aqui, mas como estou na Tribuna, gostaria de lembrar também uma outra pessoa extraordinária que foi um excelente Parlamentar que foi o Arthur de Souza, grande comunicador, ele tinha um programa de rádio Revista Matinal que era como se fosse hoje na televisão o Jornal da Globo, o Jornal Nacional da Globo, tamanha audiência varria todos os lares de Curitiba e Região Metropolitana o seu programa de rádio, muito compenetrado, muito responsável, realmente fazia um programa e foi ali o meu segundo degrau na comunicação.

Meu primeiro degrau na comunicação foi com o ex-Deputado Maurício Fruet na área esportiva, como repórter de campo, como narrador esportivo e até hoje de vez em quando mato a minha saudade transmitindo jogo de futebol amador pela Rádio Atalaia onde tenho uma equipe esportiva.

E o segundo degrau foi o Arthur de Souza quando me levou para o seu repórter policial. Ali comecei levantando nas madrugadas, cinco e meia da manhã, inverno, calor chuva, sol, indo para as delegacias, fazendo plantão em delegacias, dormindo na porta do Instituto Médico Legal, enfrentando, chegando até muitas vezes antes do que o autoridade policial no local da tragédia, no local do crime, teria muitas histórias para contar, mas não quero contar história minha, quero contar a história do rádio, a importância do rádio, a importância desse veículo para a comunicação da sociedade.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana, que também hoje festeja o seu dia, porque hoje também é o Dia do Fazendeiro.

O Sr. Caíto Quintana - Transfiro essa homenagem do Dia do Fazendeiro para o meu amigo Antonio Annibelli.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero pedir perdão, porque não tinha vislumbrado a presença do Deputado Annibelli e quero transmitir as homenagens.

O Sr. Caíto Quintana - É evidente que queira me somar à homenagem aos homens

de rádio que por esse Brasil afora, levam a informação para a população. Talvez nós não saibamos sentir a importância do rádio ou não paremos para sentir a importância do rádio, indiscutivelmente o maior veículo de comunicação de massa do país, bem mais que a televisão. Quando se faz enquete e pesquisas a respeito de audiências, via de regra se faz na televisão, em determinado horário, porque no dia a dia, nas 24 horas, evidentemente o rádio dá de 10 a 0 em qualquer outro veículo, até porque acompanhava eu, tempos atrás, quando o Presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, estava numa fase ruim perante o cidadão americano, aconselhado pelo setor político do governo, ele voltou a conceder entrevistas a um antigo entrevistador seu, de uma emissora de rádio, exatamente pela possibilidade que o rádio dá de uma entrevista mais alongada e de a pessoa poder externar mais o seu ponto de vista, diferente da televisão onde o espaço é mais resumido e atinge a massa da população, esteja onde ela estiver, dentro do seu carro, no local e trabalho, seja onde for.

Então, acho de suma importância o rádio para informação brasileira e por isso quero me parabenizar.

Agora gostaria, quando V.Exa. fala a respeito da árvore: nós temos discurso sobre árvore nesse nosso país, para todos os gostos e lamentavelmente nós não temos cuidado pela árvore no país. Muitas e muitas vezes o Dia da Árvore é festejado por um cidadão em praça pública, notadamente sempre autoridade, plantando uma árvore, quando muitas e muitas vezes naquele espaço, naquele município, naquele instante está se derrubando centenas de outras árvores sem cuidado algum.

Queria aproveitar, Deputado Algaci, para ser conciso, para nós iniciarmos esse debate no dia de hoje, do Dia da Árvore, por uma sugestão. Na Legislatura anterior eu tinha aprovado aqui na Assembléia Legislativa, uma CPI sobre as áreas indígenas do Paraná e como acabei indo para a Casa Civil, a CPI não foi instalada, mas está criada. É impressionante o descaso que temos hoje nas áreas indígenas no Paraná. A área indígena e aqui está o companheiro Zuk, que é da região, a área indígena, por exemplo, de Mangueirinha. A cada dia que se passa pela margem da rodovia, mais longe você vai enxergando a mata e os pinheirais. Está sendo completamente destruída. Tive o cuidado de um dia contar, da entrada de Chopinzinho, pelo asfalto, até a entrada de Mangueirinha, numa distância de 20 km, 6 a 8 entradas feitas com um tratorzinho para dentro da reserva, de onde se retira, à noite, caminhões de toras de pinheiros abatidos dentro da reserva indígena.

Por incrível que pareça, Deputado Algaci, naquela reserva existe um litígio particular de um grupo empresarial. Pois a continuar do jeito que está, aonde se preservará o pinheiro, por incrível que pareça, é exatamente, na área empresarial. Porque a área que está em domínio público, da reserva, vai acabar totalmente os pinheiros se não tiver uma atitude de controle. E não adianta nós interpretarmos, Deputado Algaci Túlio, que os órgãos governamentais federais venham exercer qualquer tipo de atividade de controle sobre essas reservas.

Da mesma forma da reserva indígena vou citar também aqui, V.Exa., os parques nacionais dentro do Estado do Paraná. Como, por exemplo, o Parque Nacional do Iguaçu onde se cometeu o maior crime contra uma população de uma região inteira como do Sudoeste do Paraná, mais especificamente, a fronteira Sudoeste do Paraná. O Oeste do Paraná, Medianeira, até Santa Helena e até Guaíra, no fechamento da estrada do Parque, 17 Km, apenas de estradas, que existiam antes do parque Nacional ser Parque Nacional. De um instante para outro, numa decisão liminar concedida por um juiz federal, uma liminar - Deputado Algaci Túlio, há mais de 8 anos que se mantém fechada essa estrada em cima de uma liminar, sem julgamento de mérito. Como se todo desenvolvimento daquela região tivesse afeto ao pensamento de uma liminar que possa ter sido dada por um magistrado aqui do nosso Estado do Paraná.

Não conheço uma atividade praticada pelo Instituto Nacional de Conservação de Parques, IBAMA. Diz-se a todos os pulmões de que não se pode mexer porque o Parque Nacional é patrimônio da humanidade declarado pela ONU. Gostaria que apresentassem um centavo de aplicação da ONU sobre o Parque Nacional. Que perguntassem para os órgãos da ONU se eles conhecem o Parque Nacional. Se eles plantaram uma árvore nativa no Parque Nacional.

Quer dizer, nós vivemos muito em cima de conversa mole, de patrimônio da ONU, sendo que na verdade quem está lá cobrindo o Parque Nacional, com dificuldade, é a Polícia Florestal do Estado do Paraná.

Então faço este preâmbulo para sugerir, neste dia, que nós venhamos discutir - suprapartidariamente -, algumas coisas aqui, como por exemplo o que acontece em muitos países. Que os parques nacionais sejam transferidos para responsabilidade dos Estados. O Parque Nacional do Iguaçu não tem nada que estar sob a administração do IBAMA - que nada faz - o Parque Nacional do Iguaçu pode, perfeitamente, ser transferido para a responsabilidade do Estado do Paraná. E aqui no Estado do Paraná nós podemos sob a administração do Governo

do Estado, das Secretarias responsáveis criar, quem sabe, uma Fundação do Parque Nacional do Iguaçu, em conjunto com a sociedade civil organizada, fazermos promoções, utilizarmos uma fundação e os órgãos de governo para podermos valorizar o Parque Nacional, para podermos fazer o paranaense sentir orgulho dele. Conhecermos, de fato, qual é a fauna e qual é a flora que nós temos lá dentro. Transferir as reservas florestais também para responsabilidade do Estado do Paraná. Por que não?

Tenho certeza que o Estado seria muito mais competente, muito mais responsável na conservação de um patrimônio que é seu e que está sob a sua terra e iria, indiscutivelmente, cuidar melhor disto que acima de tudo é um pedaço do Estado do Paraná.

Então, queria neste dia da árvore, como contribuição, citar estas questões para que pudéssemos passar a discutir estes assuntos e na prática pudéssemos ajudar a conservar este patrimônio de flora que pertence ao Estado do Paraná e que está sob responsabilidade de outras mãos.

Meus parabéns.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte do Deputado Caíto Quintana e V.Exa. já conhece o meu pensamento.

Estivemos lá, não sei se na minha primeira legislatura, numa comissão com V.Exa. e outros Parlamentares, visitando o Parque Nacional do Iguaçu para, naquela época que se falava bastante sobre o bloqueio da estrada, dessa liminar que aconteceu, e fomos lá visitar, uma comissão desta Assembléia, e entendi também de que poderia ser reaberta a estrada sim, aliás, existe até um projeto muito interessante, um projeto moderno sobre a abertura dessa estrada, uma estrada parque, até com cobrança de pedágio para manutenção do próprio parque.

Acho até, recebo a sua sugestão, Deputado Caíto Quintana, como uma contribuição extraordinária para o Estado do Paraná, que possamos, quem sabe, para os próximos dias e levarei ao conhecimento do Secretário Estadual do Meio Ambiente para que façamos um debate, para que possamos realmente debater esta questão, até por que não da criação de uma fundação Parque Nacional do Iguaçu, por que não o parque passar sob a jurisdição do Governo do Estado do Paraná? Está no nosso território. Somos nós que nos preocupamos aqui e ainda quando fui a Cascavel na semana passada, na homenagem ao Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, pela estrada pude ver que ao longo, eu, um tanto quanto leigo, neste assunto, mas ao lado da rodovia via uma outra rodovia paralela, mas que não era uma rodovia, até perguntei ao meu com-

panheiro que estava no veículo comigo, Dr. Valêncio, perguntava, Valêncio, já estão duplicando aqui a BR que tanto o pessoal cobra da duplicação deste trecho e já começaram a fazer a terraplanagem? Aí ele disse, não, não é terraplanagem. Isto é para evitar que o motorista jogue o toco do cigarro ou qualquer coisa, pegue na vegetação e atinja o parque.

Até comentava, pois é, vim aqui há alguns anos atrás, sete, oito anos atrás, vi esta estrada, caminhamos por um bom trecho da estrada e acho realmente uma coisa que não é possível que continue acontecendo, quer dizer, impedindo o acesso de comunidades uma para com a outra, encurtando o caminho, não me lembro quantos quilômetros encurta, Deputado Caíto Quintana, pode me ajudar aqui, entre Medianeira e Santa Helena? É isto?

O Sr. Caíto Quintana - Exatamente. Se formos ver a movimentação que o Paraná precisa, viu Deputado Algaci Túlio, fala-se muito na indústria do turismo, não é isto? E o turismo se faz por custo de transporte. Se formos ver a ligação Foz do Iguaçu, passando por dentro do Parque Nacional ou então a ligação Foz do Iguaçu que é um ponto turístico do nosso país passando por perto de Cascavel para poder voltar a Foz do Iguaçu vai dar uma distância de mais de 150 quilômetros. Isto é peso na questão de custo de um transporte, sem descuidarmos da ligação com o Mato Grosso altamente importante para o Estado do Paraná que se fazia via Medianeira, Santa Helena, Guaíra ligando com todo o sudoeste do Paraná e o Rio Grande do Sul pela sua fronteira na região oeste. Esqueci Rondon, queria colocar nesse trecho.

O SR. ALGACI TÚLIO - OK, senão o Deputado

Élio Rusch iria contestar o seu esquecimento para com o nosso grande município de Marechal Cândido Rondon.

Sr. Presidente, queria concluir então dizendo da importância desse, na verdade até vim para esta Tribuna chamando a atenção para essas datas comemorativas de hoje, mas nem imaginava que de repente pudéssemos aqui criar uma discussão interessante e surgindo as idéias, por que não esta Casa não abraçar esta idéia de que o Parque Nacional do Iguaçu passa a ser de jurisdição do Estado do Paraná? Por que não se criar a Fundação do Parque Nacional do Iguaçu? Vamos discutir a reabertura novamente da terra do colono um assunto de importância para este Estado do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Algaci Túlio, acho que será desnecessário fa-

larmos da importância do rádio para todos nós que militamos na vida pública.

Quero apartear-lo para falar sobre o dia da árvore, até porque o meu sobrenome é Silvestri então quero falar um pouco sobre este assunto.

Na verdade, Deputado Algaci Túlio, tivemos uma modesta contribuição na legislação passada com relação a preservação ambiental. Apresentamos um projeto que criou a área de preservação da Serra da Esperança na região de Guarapuava, Prudentópolis, enfim, uma área que iniciou desde União da Vitória e foi até o Município do Turvo, abrangendo sessenta e sete mil hectares. E também somos autores de um projeto que colocou todos os municípios que possuem reservas indígenas a lei dos royalties ecológicos. O porquê disso? Como falava o Deputado Caíto Quintana todos os municípios que têm essas reservas indígenas, onde eles estão proibidos de explorar a fauna existente naquela localidade, não recebiam nada em troca.

Então, a nossa idéia era de que esses municípios recebessem os royalties e que repassem esses recursos às reservas indígenas para dar uma melhor assistência a todos os índios do nosso Estado. E também fizemos uma denúncia Deputado Algaci Túlio, até como sugestão quero colocar todos os Deputados a par disso, fizemos uma denúncia ao Ministro Jobim, Ministro da Justiça, porque a FUNAI é subordinada ao Ministério da Justiça, da venda ilegal de madeiras que vem ocorrendo dentro das reservas indígenas. A própria FUNAI nos passou essa denúncia que municípios, principalmente na região de Manguueirinha, Chopinzinho, onde os madeireiros vêm explorando de forma clandestina a compra de madeira e nada, nenhum órgão público estava se opondo a isso. Fizemos essa denúncia.

E também queremos aqui apresentar uma sugestão Deputado Algaci Túlio para que, e inclusive tivemos a aprovação do Ministro da Justiça, ele concordava com isso, de que implantássemos nessas reservas, principalmente na reserva de Manguueirinha aonde nós temos a maior reserva de pinheiro Araucária do mundo, colocássemos um posto fixo da Polícia Florestal Estadual para que realmente evitássemos esse corte de madeira. E também quando falamos em preservação não poderia também deixar de falar da importância do setor madeireiro para algumas regiões do Estado.

Hoje teremos a visita do Governador Jaime Lerner em Guarapuava, onde há dias atrás ele lançou o pólo da madeira na região de Guarapuava, e também quero já comunicar a todos os Deputados desta Casa que estarei apresentando nos próximos dias um projeto que cria o incentivo fiscal estadual para novos reflorestamentos

no Estado do Paraná; para se ter uma importância desse setor na região de Guarapuava, Deputado Algaci Túlio, hoje 25% dos empregos gerados na região de Guarapuava, advém do setor madeireiro. E todos os reflorestamentos, ou pelo menos 90% dos reflorestamentos que foram feitos na nossa região foram feitos através do incentivo fiscal Federal que existia há quinze, vinte anos atrás. Esse incentivo foi extinto e com isso as empresas pararam de reflorestar.

Então a nossa idéia é de criarmos esse incentivo fiscal estadual para que nos próximos anos não tenhamos uma parada no setor e onde teremos um desemprego em massa na nossa região. A idéia foi bem aceita, já falei com o Governador Jaime Lerner, falei com o Secretário de Planejamento, Cássio Taniguchi, a idéia foi bem aceita, acredito que teremos a aprovação aqui nesta Casa e também a sanção por parte do Governador deste Projeto, que será de fundamental importância para que tenhamos continuidade desse setor que é importantíssimo para a nossa região.

Acredito que se todos discutirmos esse assunto, assunto de primordial importância, tanto da preservação quanto também da criação de novas alternativas para o setor madeireiro. A idéia é importante, é válida, e gostaria que o senhor nos ajudasse nesse sentido para que colocássemos principalmente nas reservas indígenas de Manguueirinha, e também na reserva de Nova Laranjeiras, um posto da Polícia Florestal Estadual.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte.

E também quero aproveitar a oportunidade e cumprimentar o Deputado Cezar Silvestri que passando por Guarapuava na semana passada pudemos testemunhar o crescimento daquela cidade, a beleza que está Guarapuava, o seu parque industrial, a gente sente o cheiro de cidade grande, de cidade em desenvolvimento. E Vossa Excelência que é o legítimo representante daquela região tenho certeza tem contribuído bastante para o progresso da cidade de Guarapuava e a sua idéia de se colocar lá um posto da Polícia Florestal naquela região, é importante e tenho certeza que o governador haverá de ser sensível nesse sentido, através do Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná.

O projeto de incentivos também, acho que tudo isso temos que discutir e aqui realmente é o foro para que a gente possa discutir essas questões.

Concedo aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Guimarães - Nobre Deputado Algaci Túlio, escutei aqui nos apartes

que tiveram o Deputado Caíto Quintana colocar uma questão sobre a reserva de Mangueirinha.

Tenho acompanhado e estou mais ou menos a par daquilo que acontece. Realmente são áreas de uma reserva indígena e esta área tem um número significativo de pinheiros Araucária e há muito tempo atrás houve dentro dessa área uma guerra entre as duas tribos, dos Guaranis e dos Cayangues e sendo uma área da União, a União passou ao Estado do Paraná e o Estado do Paraná fez a divisão, do lado direito ficou uma tribo do lado esquerdo ficou outra tribo, a partir disso começaram os índios e pequenos madeireiros da região explorar e a comprar dos índios os pinheiros que ali estava. A partir disso quando essas reservas indígenas que foram separadas acabou a madeira, eles invadiram uma terceira área, que era a área do meio, que tinha sido entregue para a iniciativa privada e a partir disso se tornou litígio entre os índios e a iniciativa privada. Só que o que acontece hoje, Deputado Caíto Quintana que está a par, Deputado Algaci Túlio, é que os índios estão ateando fogo nessa floresta para que possam ter a oportunidade de vender esses pinheiros a pequenos madeireiros ali existentes.

É um litígio que já tem bastante tempo é uma briga dentro do Poder Judiciário que já faz algumas décadas que está decorrendo e espero que agora, com o Secretário Yotoshy, ele está empenhado em resolver o problema desta reserva e plantando para que o Estado venha assumir, está tentando achar uma saída jurídica para que o Estado passe a administrar a maior reserva de Araucária do mundo ali está presente, que é dentro do Município de Mangueirinha. E acredito que dentro deste Governo Jaime Lerner nós tenhamos uma solução para que parem de ali cortar e vender esses pinheiros, que dentro em breve tenho certeza vai acabar e nós não teremos mais nada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado e concedo aparte ao Deputado Nelson Tureck.

O Sr. Nelson Tureck - Parabenizando nosso Líder do Governo, Algaci Túlio, por este dia 21 de setembro, um dia muito importante, não só para o Paraná, mas para o Brasil, para o mundo e a gente ouvindo aí as colocações e dizer uma coisa que o Paraná saiu da teoria e está indo para a prática, quando nós vemos ali adote uma árvore. É preciso que cada cidadão, cada morador tenha a conscientização, a educação e o respeito pela vida, em primeiro lugar e o governo do Paraná, quando disse que está saindo da teoria para a prática, nós vivemos na última terça-feira, em Campo Mourão, aonde nós estivemos com o

Secretário do Meio Ambiente, Itoshy Nakamura, para ali inaugurar e começar o marco da verdade sobre o meio ambiente, que foi inaugurado em parceria com o Governo do Estado do Paraná, com a COPEL, o Município de Campo Mourão, o Centro Regional de Educação Ambiental do Lago Azul. Aonde foi construída uma escola, salas de aula para ali levar as crianças e aprender o respeito a árvore, a natureza, porque nós vemos hoje é que o cidadão não respeita, "você planta uma árvore na beira da estrada, pode ser criança ou adulto acaba quebrando a árvore dentro da cidade exemplo que nós vemos por aí as próprias crianças não deixam essa árvore crescer.

E o Paraná com esse programa do Governo Jaime Lerner que agora sai que geralmente ficava só na Capital que era Curitiba, que hoje está indo para o interior do Estado do Paraná, para todos os Municípios para fazer a verdadeira preservação do meio ambiente, para que realmente nós tenhamos uma água mais limpa.

Queria deixar esse registro aqui, porque só assim é que nós vamos transformar e cuidar realmente do ar para salvar muitas vidas, fazendo aquilo que o Governador Jaime Lerner está começando e eu parablenizo o nosso Governador e também a esse grande Líder, esse grande Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero na semana que vem passar às mãos de cada um dos Parlamentares este "dossier" da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, mostrando o programa da questão do Meio Ambiente, e aí quem sabe a partir disso partiremos para uma discussão mais aprofundada. Preocupou-me a colocação feita pelo Deputado Plauto Miró Guimarães de que está havendo até guerras entre as tribos.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Essa guerra aconteceu a mais de trinta anos atrás, quando a União passou ao Estado do Paraná essas terras, o Estado do Paraná dividiu em três glebas, colocou de um lado uma tribo, de outro lado outra tribo e vendeu para a iniciativa privada essa área, no meio. No decorrer do tempo foram explorando as florestas as madeiras e acabou dentro das áreas indígenas, eles invadiram essa terceira área que julgavam ser a área deles. Essa demanda está dentro do Poder Judiciário a muito tempo para se dizer de quem é ou de quem não é.

Só que o que acontece hoje, como o próprio Deputado Caíto Quintana aqui colocou que estão retirando a madeira lá, estão ateando fogo para poderem tirar enfim está sendo explorado e dentro de breve como nas outras áreas que eram das reservas indígenas essas áreas que foram divididas,

acabou e agora estão tirando dessa que é da iniciativa privada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Porque se estivesse ocorrendo a guerra, eu iria fazer uma sugestão aqui Senhor Presidente a esse Plenário, que nós formássemos uma Comissão e eu até ousaria citar alguns nomes, Deputado Romanelli, Caíto Quintana, Péricles, Deputado Rosinha, Nerone para que fossem em nome da Assembléia mediar essa guerra que poderia estar acontecendo lá nessa região.

Muito obrigado pelo espaço que me concedeu, pela homenagem que esta Casa presta hoje. Ficaria uma Comissão bastante dividida da Assembléia, tenho certeza que esta Comissão faria um papel importante de intermediação, entre esses dois povos, entre as flexas de um lado e as flexas de outro. Agradeço a Casa por ter cedido essa Sessão de hoje, para que nós pudéssemos relembrar e pudéssemos debater com muita seriedade também a questão do verde, a questão da nossa floresta, a questão do valor da imprensa, especialmente a questão do Rádio e o Dia do Radialista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente, comunicando sua exclusão do Partido Progressista, em 25 de agosto próximo passado, filiando-se ao Partido Social da Democracia Brasileira - PSDB. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Albanor Gomes, constante do expediente, comunicando sua filiação ao PSDB, e consequentemente a sua exclusão do Partido Progressista. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/93 de autoria dos Deputados Cezar Silvestri e Orlando Pessuti, que cria o Município de Goioxim, desmembrado do Município de Cantagalo, com áreas dos Distritos de Goioxim, Pinhalzinho e Jacutinga. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

PROJETO DE LEI Nº 475/95 EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01

Art. 1º - Fica criado o Município de Goloxim, desmembrado do Município de Cantagalo, com áreas dos Distritos de Goloxim, Pinhalzinho e Jacutinga, com as seguintes divisas:

"Começando na confluência do rio Piquirei com o rio Grongoró ou Cachoeirinha, na linha perimétrica em confrontação com terras do Município de Santa Maria do Oeste (ex-Pitanga), segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do rio Grongoró ou Cachoeirinha no sentido ascendente, confrontando com terras do Município de Guarapuava, com vários rumos sucessivos, mediu-se pelo caminhar de ordenadas até encontrar a estrada municipal GA-132 na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela estrada municipal GA-132 confrontando com terras do Município de Guarapuava, até encontrar a encruzilhada com a estrada municipal GA-149 na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela estrada municipal GA-149, confrontando com terras do Município de Guarapuava, com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhar de ordenadas até encontrar o rio do Poço na linha Perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do rio Juquiá no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Cantagalo, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do rio do Poço com o rio Juquiá na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do rio Juquiá no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Cantagalo, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do rio Juquiá com o rio dos Pedrosos na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo rio dos Pedrosos em sua margem direita no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Cantagalo com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a estrada do Campo do Bom Jesus. Deste ponto segue pela estrada de Campo do Bom Jesus, confrontando com as terras do Município de Cantagalo, até encontrar a estrada vicinal da linha Wagner. Deste ponto segue pela estrada de rodagem da linha Wagner, confrontando com terras do Município de Cantagalo até encontrar o rio do Cobre na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal constituída pelo rio do Cobre em sua margem direita no sentido descendente con-

frontando com terras do Município de Cantagalo, até encontrar a confluência do rio do Cobre com arroio do Jaraú ou Doutor, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo arroio do Jaraú ou Doutor, em sua margem direita no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Marquinho, com vários rumos sucessivos e distâncias até a sua nascente. Deste segue pela Cumeada da Serra do Jaraú, divisa com o Município de Marquinho até a nascente do rio Guampará. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo rio Guampará em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Marquinho, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do rio Guampará com o rio Piquiri, na linha perimétrica. Finalmente, deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do rio Piquiri no sentido ascendente, confrontando com terras do Município de Santa Maria do Oeste (ex-Pitanga), com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do rio Piquiri com o rio Grongoró ou Cachoeirinha descrito na inicial, onde começou e encerra a demarcação deste polígono.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.95

(aa) ORLANDO PESSUTI

CEZAR SILVESTRI

Apoiamento: José Tavares, Caíto Quintana, Edson Silva Lino e Durval Amaral.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação desta Emenda justifica-se plenamente em virtude de que no projeto original existe pequenos erros nos limites e confrontações que provocam a divisão da comunidade de Cavaco, fazendo com que haja prejuízo na sua configuração histórico-cultural.

Se faz necessário, também, corrigir o projeto original pois com a criação do Município de Marquinho (Lei Estadual nº 10.834 de 22.06.94), algumas divisas serão, agora, com o Município de Marquinho e não mais com o Município de Cantagalo.

Saliente-se, finalmente, que sendo mínimas essas correções as mesmas não irão acarretar qualquer prejuízo ao novo Município de Goioxim, bem como ao remanescente Município de Cantagalo, mantendo-se os pré-requisitos exigidos para a emancipação de novos municípios.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA
PROJETO DE LEI Nº 475/93

Relatório:

De autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Cezar Silvestri, o projeto de lei em questão já foi apreciado por esta Comissão.

O que está em pauta é a emenda a ele apresentada, que apenas visa corrigir pequenos erros de limites e confrontações.

Parecer:

Visando meramente corrigir erros de confrontações constantes do projeto original, nada há que obste a normal tramitação da presente emenda.

O parecer é favorável.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 12.09.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDGARD BUENO - Relator

Apoiamento: Carlos Simões, Edgard Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Antonio Belinati, Geraldo Cartário, Emerson Nerone, Basílio Zanusso, Nelson Justus, Toti Colaço, Walmor Trentini e 1 ilegível.

Em votação o Substitutivo Geral do Plenário, com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Em votação. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/95 de autoria do Deputado Carlos Simões que estabelece normas de proteção e garantias das pessoas portadoras de deficiência, cria o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. e C.F..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário de autoria dos Srs. Deputados Carlos Simões e Cesar Seleme, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 107/95

CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a Política Estadual de atendimento dos direitos da pessoa portadora de deficiência.

Art. 2º - As prioridades e as metas anuais da política de que Diretrizes Orçamentárias, cujo projeto acolherá proposta a ser encaminhada ao chefe do Poder Executivo pelo Conselho Estadual dos direitos da Pessoa portadora de deficiência.

Art. 3º - O atendimento dos direitos

da pessoa portadora de deficiência no âmbito Estadual, far-se-á através de:

I - Políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, habilitação e reabilitação, e outras que assegurem a sua total integração a sociedade em condições plenas de dignidade (art. 182).

II - política e programas de assistência social.

III - Serviços especiais, nos termos desta Lei.

Parágrafo Único - O Estado destinará recursos as Entidades que prestam serviços de atendimento a Pessoa portadora de deficiência e espaço público com equipamento adequados, sem barreiras arquitetônicas para prorrogações culturais, esportivas e de lazer, voltadas para pessoas portadoras de deficiências.

Art. 4º - É órgão da política de atendimento dos direitos da pessoa portadora de deficiência, o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

CAPÍTULO II

Do Conselho dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

Art. 5º - Fica criado o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, órgão deliberativo e fiscalizador das ações Políticas, voltadas a promover assistência do portador de deficiência, vinculado a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos de Família, compostos dos seguintes membros:

I - A Secretaria de Estado da Criança e Assuntos de Família, que é responsável pela política de atendimento ao portador de deficiência.

II - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação.

III - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde.

IV - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Planejamento.

V - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos de Família.

VI - 01 (um) representante do IASP (Instituto de Assistência Social Paranaense).

VII - 06 (seis) representantes de entidades da Sociedade Civil Organizada de âmbito Estadual, nas diversas áreas de deficiência legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos 01 (um) ano.

a) 01 (um) representante da área auditiva.

b) 01 (um) representante da área visual.

c) 02 (dois) representantes da área

física.

d) 02 (dois) representantes da área mental.

Art. 6º - São funções do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência:

I - Formular a política de atendimento ao portador de deficiência, observados os preceitos expressos nos art. 203, 204 e 227 da Constituição Federal, 165 e 216 da Constituição Estadual.

II - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Estado, indicando a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos de Família, as modificações necessárias à consecução da política formulada.

III - Estabelecer prioridades de atuação e definir a aplicação dos recursos públicos destinados à assistência social da Pessoa Portadora de Deficiência.

IV - Homologar a concessão de auxílios e subvenções a entidades particulares e filantrópicas e sem fins lucrativos atuantes no atendimento da Pessoa Portadora de Deficiência.

V - Avocar, quando necessário, o controle das ações da execução da política de atendimento da pessoa portadora de deficiência.

VI - Propor aos poderes constituídos, modificações nas estruturas governamentais diretamente ligadas a promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência.

VII - Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implantação de programas de prevenção da excepcionalidade, bem como, sobre a criação de Entidades Governamentais ou a realização de consórcios intermunicipais regionalizado de atendimento.

VIII - Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses das pessoas portadoras de deficiência.

IX - Incentivar, apoiar e promover estudos, debates e pesquisas sobre a questão de deficiência, visando manter atualizado os serviços prestados pelo Estado e Entidades afim.

X - Promover intercâmbio com Entidades Públicas e Particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, visando atender a seus objetivos.

XI - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à pessoa portadora de deficiência.

XII - Aprovar de acordo com os estabelecidos em seu regimento interno, o cadastramento de entidades que prestam atendimento à pessoa portadora de deficiência, e integrar o conselho.

XIII - Receber e julgar a procedência de queixas, reclamações, representações de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados as pessoas portadoras de deficiência dando-lhes o encaminhamento devido.

Art. 7º - As organizações da sociedade Civil, interessadas em participar do Conselho convocadas pelo Governador mediante edital publicado na imprensa, habilitar-se-ão, entre os dias 1º e 15 de março dos anos pares, perante a Assessoria Especial de Apoio e Assistência a Pessoa Portadora de Deficiência, comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos 01 (um) ano, bem como, indicando seu representante e respectivo suplente.

1º - A seleção das organizações e representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o conselho, far-se-á mediante eleição em assembléia entre as próprias entidades.

2º - A Secretaria da Criança e Assuntos de Família responsável pela execução da política de atendimento a pessoa portadora de deficiência encaminhará ao Governador, até o dia 30 do mês de março a relação das entidades que integrarão o Conselho e o nome dos conselheiros representantes e suplentes por ela indicados, devendo ser efetuada no prazo de 10 (dez) dias.

3º - Os conselheiros representantes das entidades populares, assim como seus suplentes, serão nomeados para mandato de 02 (dois) anos, período em que poderão ser destituídos, salvo por deliberação de 2/3 (dois terços), dos componentes do conselho.

4º - Os conselheiros representantes das entidades populares poderão ser reconduzidos, observados o mesmo processo previsto neste artigo.

Art. 8º - Os conselheiros e suplentes representantes dos órgãos públicos Estadual cuja participação no conselho não poderá exceder 04 (quatro) anos contínuos, serão nomeados livremente pelo Governador, que poderá destituí-los a qualquer tempo.

Art. 9º - O Presidente, o vice-Presidente e o Secretário Geral, serão eleitos, em sessão com quorum mínimo de 2/3 (dois terços) pelos próprios integrantes de Conselho.

Art. 10 - A Secretaria da Criança e Assuntos de Família ficará encarregada de fornecer apoio técnico, material e administrativo para funcionamento do colegiado.

Art. 11 - O desempenho da função de

membro do Conselho, que não tem qualquer remuneração será considerado serviço relevante ao Estado do Paraná, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do conselho.

Art. 12 - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do conselho serão devidamente disciplinadas pelo seu regimento interno.

Art. 13 - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, deverá ser instalado em 15 de abril de 1996, incumbindo a Secretaria da Criança e Assuntos de Família, responsável pela execução da política Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência, adotar as providências para tanto.

Art. 14 - Fica criado o Fundo para política de apoio a pessoa portadora de deficiência, administrado pelo Conselho e com recursos destinados ao atendimento dos direitos dos deficientes, provenientes de:

I - Dotação consignada no orçamento do Estado para atendimento e assistência da pessoa portadora de deficiência.

II - Recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social.

III - Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados

IV - Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais.

Art. 15 - O repasse dos recursos do Fundo serão destinados ao atendimento da pessoa portadora de deficiência, através de entidades declaradas de utilidade pública federal, estadual e municipal, com registro no C.N.A.S. (Conselho Nacional de Assistência Social).

Art. 16 - As pessoas jurídicas que contribuirão, com doações ao Fundo, poderão deduzir, do valor das suas obrigações tributárias com o Estado até o limite de 5% (cinco por cento) deste.

Art. 17 - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência no prazo de 15 (dias) após a nomeação de seus membros, elaborará o seu Regimento Interno, elegendo o seu primeiro Presidente.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.95.

(aa) CARLOS SIMÕES
CESAR SELEME

Apoiamento: Luiz Accorsi, João Techy Filho e Milton Puppio.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dar prosseguimento e a regulamentação das garantias dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, de acordo com a Constituição Federal e Estadual.

Até agora, temos visto esforços isolados de política social na área de deficiência.

Precisamos não só dar prioridade ao atendimento básico, tais como saúde, educação e lazer, mas iniciar um amplo programa de prevenção, pois hoje, 70% dos casos são evitáveis.

É necessário darmos apoio à integração, habilitando e reabilitando esses 10% da população.

Temos que propiciar condições para profissionalização e pesquisa científica, etc.

Há muito, o Estado do Paraná, pioneiro nas iniciativas sociais, buscava uma legislação que desse aos cidadãos portadores de deficiência um caminho para a sua inclusão social. Sem arremedos ou gestos de piedade.

Enfim, precisamos garantir os direitos da pessoa deficiente, através de uma política mais justa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Estou entregando a V.Exa. um pedido de retirada por 05 sessões deste projeto de lei, muito embora retorne para a Comissão para ser analisado o Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em discussão o Requerimento.
Em votação.

Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 107/95, por 05 (cinco) sessões.

De acordo com o Substitutivo Geral de Plenário, vai à C.C.J. o pedido do Deputado Algaci Túlio.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/95, de autoria do Deputado Beto Richa que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Ribeirão Claro. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 52, de 17.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 170/95

PARECER:

O projeto de lei de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ribeirão

Claro. Dispõe a Lei nº 6.994/78.

"Art. 1º - As Sociedades Civis, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de Utilidade Pública, provados os seguintes requisitos:

I - que possuam personalidade jurídica há mais de um ano.

II - que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários.

III - que não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.

IV - que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório".

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal, para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/95, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação do Núcleo de Produção da Terceira Idade de Iporã. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 88, de 02.08.95.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 273/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação do Núcleo de Produção da Terceira Idade de Iporã.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/95, de autoria do Deputado Edgard Bueno, que declara de Utilidade Pública a Oficina de Convivência e Educação pelo Trabalho - C.E.T. (Município de Anahy). Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 93, de 10.08.95.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 299/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Edgard Bueno, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a "Oficina de Convivência e Educação pelo Trabalho - O.C.E.T., no Município de Anahy.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Voluntária de Assistência ao Idoso - AVAI, de Santa Cecília do Pavão. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 94, de 14.08.95.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 306/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Voluntária de Assistência ao Idoso (AVAI) de Santa Cecília do Pavão.

Dispõe a Lei nº 6.994/78.

"Art. 1º - As Sociedades Civis, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

I - que possuam personalidade jurídica há mais de um ano.

II - que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários.

III - que não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.

IV - que, comprovadamente, mediante

relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artística, ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório".

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal, para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/95, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que altera artigos da Lei nº 10913/94, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Saúde, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 96, de 16.08.95.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 312/95

P A R E C E R:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, altera artigos da Lei nº 10913/94, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Saúde.

A proposição em questão tem por objetivo tornar mais democrática a composição do Conselho Estadual de Saúde, incluindo, na representação dos usuários, representantes de entidades e movimentos de mulheres e de negros do Estado do Paraná. Contudo, essa disposição não fere a composição paritária do Conselho, visto que os membros do mesmo são indicados na Conferência Estadual de Saúde e obedece ao previsto na legislação, respeitando-se a proporcionalidade de 50% na forma do artigo 6º da Lei nº 10913/94.

A segunda alteração proposta pelo projeto de lei em análise refere-se à concessão de maior prazo para a realização da II Conferência Estadual de Saúde, permitindo ao Governo Estadual, eleito em 91 e empossado em 95, uma melhor preparação do evento.

Diante do exposto e tendo em vista a competência desta Comissão Permanente, emitimos nosso voto favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 312/95.

Sala das Comissões, em 29.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 312/95

P A R E C E R:

Em exame ao Projeto de Lei n° 312/95, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que altera o Artigo da Lei n° 10913/94 (dispõe sobre o Conselho Estadual de Saúde).

Esta Comissão ao ser chamada a exarar parecer, dentro de suas prerrogativas regimentais, e diante das justificativas apresentadas pelo autor, manifesta-se favorável ao encaminhamento do plano de lei em apreço à elevada apreciação do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

SÂMIS DA SILVA - Relator

Em discussão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que o autor do projeto explicasse o Artigo 2° que passa a vigorar com nova redação, no que diz respeito à última linha: "2ª Conferência Estadual de Saúde será convocada pelo Poder Executivo Estadual, no prazo de 180 dias e realizada no prazo máximo de 360 dias da posse do Governador do Estado do Paraná, eleito em 1.994".

Apenas, Deputado Dr. Rosinha, por quê eleito em 1.994? Apenas nesse pleito? Já que está alterado, teria que ser - me parece - a não ser que V.Exa. justifique de outra forma, de uma forma que atingisse a todos os governadores eleitos.

Era isso.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na legislatura passada, aprovamos uma lei criando o Conselho Estadual de Saúde. O Conselho estabelecia que a Conferência teria que ser feita até o mês de julho deste ano. Esta Conferência foi marcada para outubro e queremos que ela seja realizada, e foi marcada para outubro, mas não por decisão do Senhor Secretário. Houve a aprovação do Conselho que hoje funciona. Então é necessário fazer essa correção.

Por quê em relação à eleição de 94? Porque a partir desta Conferência, essa mesma Conferência marca a próxima e assim por diante a aí você não precisa fixar. Tanto é que o artigo está sendo alterado está nas Disposições Transitórias da Lei do Conselho. Somente valendo para essa, senão não teríamos o prazo para realizar e nós queremos essa Conferência realizada. Se a gente não altera a lei nesse sentido, qualquer cidadão vai cancelar juridicamente essa Conferência que foi realizada em outubro e nós queremos que ela seja realizada e debatida e que ocorra de uma maneira democrática.

Essa é a explicação.

As outras duas mudanças, é que queremos ver representado neste Conselho, a questão das mulheres que não ficou estabelecido na lei; e a segunda, a questão do negro, é que agora, 300 anos da morte de Zumbi, temos que recuperar uma série de questões na história do negro e termos representação específica nesse Conselho.

É nesse sentido que a gente pede a aprovação dos Senhores Deputados nesse projeto. Já foram feitas diligências junto à Secretaria de Saúde. Há uma concordância do Senhor Secretário, tanto é que o líder do governo já deve ter tomado conhecimento disso e nós temos que aprová-la em regime de urgência rapidamente, para ser sancionada antes do dia 10 de outubro para que a Conferência tenha validade e comece já nos dias 11, 12 e 13.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Devidamente esclarecido.

Em votação a proposta do Projeto n° 312/95, do Deputado Florisvaldo Fier.

Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Quero registrar uma questão.

Concordo, Deputado Rosinha, com a sua intenção, no entanto fico me perguntando todas as vezes que ouço essa questão colocada publicamente. Eu me permito é o meu pensamento: pode não ser do autor, pode não ser da Casa, mas acho, por exemplo, que colocar no Conselho de Saúde um representante de movimento negro é discriminatório ao negro. Por quê colocar?

A mulher participante do Conselho pode ser negra. O Secretário de Saúde do Estado pode ser negro. Qualquer outra entidade representada pode ser negra. No instante em que nós colocamos - garantimos a presença do negro - e nós garantimos que existe uma diferença entre ele e os demais. É o meu pensamento.

Acho que nós corremos o risco de reacender uma diferença como se tivéssemos que garantir, por lei, aquilo que é direito como cidadão garantido em artigo da Constituição: - "Todos brasileiros são iguais perante a Lei, sejam eles da cor, origem, religião que for". Apenas, Deputado Rosinha, quero que Vossa Excelência entenda que não é para contestar, voto a favor, votarei em segunda discussão.

Quero registrar meu receio de que nós, na tentativa de mostrar que somos um país que não tem discriminação, estarmos, exatamente, colocando as posições como discriminatórias.

Obrigado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Deputado Caíto, concordo em parte. O Secretário

pode ser negro, outros representantes de entidades podem ser negros. Agora, quando a gente coloca na lei, abrindo este espaço, é para ter - aquele representante - do Movimento de Luta pelo Direito de Cidadania dos Negros. É específico. Porque há diferenças sim. Na sociedade há. Quantos Deputados negros temos aqui? Essa diferença existe. Então a democracia não existe. E quando na sociedade se age com diferença, a Lei tem que diferenciar para recuperar aquela perda histórica, tentar igualar as diferenças.

É esse o objetivo, também, de tratar aquilo que é desigual na sociedade e tratar, também, de maneira desigual na Lei para poder corrigir essa desigualdade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento n° 2725, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2724 e 2726, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2685, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2721, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2719, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2682 e 2683, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente de sessão anterior.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2680, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente de sessão anterior.- **Retirado pelo Autor.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Parece que há um entendimento entre este Parlamentar e o Deputado Péricles para que este Requerimento seja retirado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Retirado de acordo com...

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, houve um engano. O que nós votamos anteriormente é que tinha que ser retirado e este nós estamos aprovando no entendimento com o Deputado Péricles.

Apenas uma troca de documento na mesa, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente justificado.

Requerimentos n°s 2687 e 2688, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constantes do expediente de sessão anterior.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária, para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 170, 273, 299, 306 e 312/95.

Marca ainda uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 475/93.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 334, 339, 343 e 354/95.

Levanta-se a sessão.